

ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Apresenta proposta de lei para a segurança em eventos de qualquer natureza.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se à diferença do ICMS dentro do estado e também fora do estado.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Faz alusão ao filme *Os Colegas*.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se a respeito da segurança pública.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra preocupação com os micro e pequenos empresários; registra os 33 anos do PT; reporta-se à segurança pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Manifesta preocupação com relação à saúde.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Registra a 23ª Arrancada de Caminhões.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se a respeito do Carnaval e do novo decreto que atinge as micro e pequenas empresas.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra a liberação dos recursos do ministério de Integração Nacional para as obras da Defesa Civil.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se à segurança pública.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta-se a respeito da portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas que se encontram na Casa, nesta retomada dos trabalhos pós-carnaval, naturalmente continuamos, como catarinenses que somos, preocupados com a questão da segurança no estado de Santa Catarina, não

obstante as iniciativas já tomadas pela Segurança Pública e os anúncios feitos pelo governador Raimundo Colombo sobre a contratação de novos 300 agentes penitenciários, 500 policiais civis e de 1.560 policiais militares. Temos que avançar, porque a população catarinense tem clamado por isso.

Neste final de semana tivemos a oportunidade de percorrer alguns roteiros no alto vale do Itajaí, no sul de Santa Catarina, inclusive com palestras nos municípios de Morro da Fumaça, também no planalto norte, em Urubici e São Joaquim, onde há um apelo da população catarinense para que o governo do estado avance, principalmente, nas conversas com o governo federal no que diz respeito a essa possível parceria com a Força Nacional para a implementação de uma polícia de inteligência no estado de Santa Catarina.

Continuaremos atentos e cobrando do governo ações cada vez mais rápidas, eficazes e eficientes no combate a essa onda de terrorismo que, infelizmente, assola o estado e Santa Catarina.

Por outro lado, sr. presidente, acompanhando os noticiários, saudamos com muito entusiasmo os dados, num paralelo com o Carnaval do ano de 2012 e do Carnaval de 2013, que dizem respeito à diminuição de acidentes de trânsito nas estradas brasileiras. Vinte e cinco por cento! Este é um número que merece ser aplaudido e ressaltado: a diminuição de 25% de acidentes nesse feriado de Carnaval, em paralelo ao ano de 2012, graças, sem dúvida alguma, à norma baixada pelo Conselho Nacional de Trânsito da tolerância com álcool no trânsito que passou a ser zero. Não há dúvida de que esse índice de diminuição de 25% dos acidentes de trânsito nas estradas brasileiras deve-se quase que na sua plenitude a essa ação do Conselho Nacional de Trânsito, e merece certamente os nossos aplausos.

Sr. presidente e srs. deputados, embora o tempo vá passando, parece que já faz muito tempo a data de 27 de janeiro de 2013, quando todos nós, brasileiros, deputado Kennedy Nunes, lamentamos o

episódio que vitimou centenas de jovens na boate Kiss, em Santa Maria, no estado vizinho do Rio Grande do Sul.

Buscamos algumas informações do ponto de vista da legislação e entendemos que, como homens públicos, não somente devemos prestar a solidariedade àqueles que perderam os seus entes queridos, mas também olhar para o futuro. E olhar para o futuro nessa questão é propor projetos de lei que tornem mais rígidos os diversos quesitos de segurança que devem nortear e integrar os espaços destinados a eventos que reúnem o público.

Nós estamos trazendo para debate nesta Casa - e dei entrada no dia de hoje - um projeto de lei de nossa autoria que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos procedimentos de emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam o público em geral.

A nossa é uma proposta modesta, mas que pode salvar vidas. Ela basicamente está fundamentada em dois artigos. O primeiro diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 1º É obrigatória a orientação sobre os procedimentos de emergência e normas de segurança nos espaços destinados a:

I - apresentações musicais;

II - espetáculos circenses;

III - espetáculos teatrais;

IV - salas de cinema;

V - casas de dança, boates e similares; e

VI - arenas esportivas, estádios, ginásios e similares." [...] [sic]

E a orientação de que trata essa lei se fundamenta basicamente no seguinte tripé, isto é, antes desses eventos os promotores, os organizadores, os coordenadores desses eventos, deverão prestar de forma clara e ostensiva, antes do início do espetáculo, ou do evento, as seguintes orientações:

Primeiro, indicar quais são as saídas de emergência. Lembro aqui que infelizmente 180 jovens, lá em Santa Maria, foram encontrados, deputado Romildo Titon, nosso presidente, nos

banheiros exatamente porque faltou essa orientação sobre as saídas de emergência.

Segundo, deverá ser orientado onde estão os extintores, quais são os locais onde de fato os extintores estão presentes.

Terceiro, qual é a capacidade de público para aquele recinto. Se não estou equivocado, lá na boate Kiss a capacidade era de 600 pessoas, e havia mais de mil jovens naquele ambiente. E aí algumas proposições que acabamos também elencando junto a essa proposta de que, por exemplo, em eventos com longa duração as informações deverão ser repetidas a cada três horas. Mais do que isso, em eventos esportivos as informações deverão ser repetidas nos intervalos oficiais próprios de cada modalidade.

Como disse, é uma proposta de lei modesta, simples, basicamente em que os promotores dos eventos deverão antes do início de cada evento fazer essas indicações das saídas de emergência, do local onde estão os extintores e também da capacidade do público, medida modesta, mas que pode salvar vidas. E esperamos contar com a acolhida e a aprovação deste Parlamento nesta proposta de projeto de lei que estamos dando entrada na tarde de hoje, nesta Casa.

Era isso, sr. presidente. Muito obrigado pelo espaço.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital, catarinenses, ouvi atentamente a fala do deputado Ismael dos Santos. E na verdade, deputado, esta Casa precisa de uma posição muito séria em relação a essas questões, colocando algo que pudesse ser aplicável em todos os municípios, porque muitas vezes essas exigências dependem do município. E às vezes um decreto do prefeito coloca tudo por água abaixo.

Em uma cidade bem próxima do senhor, em Brusque, por decreto do prefeito atual tirou-se a necessidade da exigência do Habite-se para o alvará de funcionamento. Ou seja, vai na contramão do que o Brasil está passando. Então, esta Casa deve, sim, trazer para cá essa discussão, para que possamos trabalhar nesse sentido.

Entendo, deputado Silvio Dreveck, que devemos trazer para a Assembleia Legislativa, para possamos ser o intermediário em relação ao decreto que foi assinado e colocado em prática, que está trazendo uma gritaria muito grande dos micro e pequenos empreendedores de Santa Catarina, com relação à questão da diferença do ICMS.

Tenho recebido, e com certeza os outros deputados também, centenas de e-mails, através dos quais os empresários da micro e pequena empresa têm nos chamado a atenção, deputado Valmir Comin, com relação a esse decreto que exige o pagamento da diferença do ICMS na compra de produtos fora do estado de Santa Catarina.

O governo do estado diz que essa é uma atitude para preservar a indústria catarinense. A diferença, o problema, deputado Silvio Dreveck, ou a informação que estamos tendo é que muitas das indústrias catarinenses, principalmente as pequenas que produzem algum tipo de material em Santa Catarina, dependem da matéria-prima comprada em outros estados. Isso prejudica também.

Como disse um amigo lá de Barra Velha: "Kennedy, eu compro, mas não sei se vou vender ou não, e tenho que pagar antecipado a diferença?!" Há muitos casos, deputado Maurício Eskudlark, em que, se não vender, repassa-se, pode ser devolvido, troca-se o produto. Nesse sentido, o comerciante estaria pagando antecipado mesmo sabendo que poderá não vender, por exemplo, material de construção que, muitas vezes, não tem a rotatividade, mas a indústria troca o produto.

Então, precisamos trazer para cá, e entendo que a frente da micro e pequena empresa neste Parlamento deve levantar essa bandeira, trazer à discussão, fazer o levantamento, conversar com o

estado para que não haja prejuízo, pois o estado possui as suas justificativas.

Recebi aqui, e com certeza os deputados também receberam, a justificativa do estado que diz o seguinte: "Ao adotar o DIFA," que é exatamente essa diferença das operações internas dentro do estado e externas interestaduais, "o estado estaria protegendo a indústria catarinense, já que ficará mais barato adquirir produtos dentro do estado. Como consequência o estado entende que com essa medida quer gerar mais emprego, renda e aumentar a arrecadação que é imprescindível no atual contexto. Queremos que o comércio compre em Santa Catarina."

Tenho certeza de que quanto a esse assunto que estamos levantando aqui, mesmo não fazendo parte da frente da micro e pequena empresa, deputado Nilson Gonçalves, a frente da micro e pequena empresa tem que levantar essa bandeira, pois é preciso discutir para se chegar a um determinado momento de acordo, porque estamos sendo provocados a todo tempo pelo empresário da micro e pequena empresa. E com relação aos estados, vemos também a necessidade neste momento... Parece-me que somente dois estados ainda possuem essa diferença de ICMS, Santa Catarina e o Paraná que disse que já em março irá acabar com essa diferença, ou seja, os outros estados estão se adequando.

Assim, precisamos trazer essa discussão para este Parlamento.

Deputado Valmir Comin, faço parte, juntamente com o deputado Nilson Gonçalves e o deputado Darci de Matos, de Joinville, da maior associação de micro e pequenas empresas do Brasil, a Ajorpeme, e estamos sendo cobrados, e muito, com relação a esse tema. Então, realmente precisamos, sim, discutir.

São absolutamente claras para mim as duas posições. Neste momento, estou aqui trazendo à discussão sem pender para um lado ou para outro, porque vejo a necessidade de o estado estar protegendo a indústria catarinense, forçada para que se compre aqui. Vejo também e entendo que o estado do Paraná e Santa Catarina são os dois

únicos estados em que existe essa diferença de ICMS, mas também vejo a necessidade de arrecadação. Por outro lado, vejo que o empresário da micro e pequena empresa, mesmo optando pelo Simples, tem uma dificuldade muito grande em relação a esse assunto.

É por isso que esse tema tem que ser trazido para cá. Precisamos discutir com as entidades, com o governo, para que possamos construir esse caminho da realidade dentro desse procedimento da diferença do ICMS dentro do estado e também fora do estado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Valmir Comin, concedo-lhe um aparte com muito prazer.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Kennedy Nunes, parabênzo v.exa. pelo tema abordado, e penso que neste momento o Confaz acaba se omitindo no processo. Ou se regulariza, estabelece um indexador geral para evitar essa concorrência desleal ou vai ficar realmente sempre essa bagunça. É evidente que quem regula o mercado é a lei do mercado, é a demanda oferta e procura, mas se não se tem uma alíquota padronizada, teremos sempre esse problema.

Adquirir com 12% de ICMS, fica uma diferença de 5%. E ao adquirir você já tem que repor os 5%. Também não entendemos ser justa essa situação. Por essa razão, penso que o tema é importante, pertinente e precisa vir a esta Casa para debate.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Exatamente, deputado. Entendo que precisamos discutir esse tema nesta Casa, e peço que a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa tome essa bandeira, que façamos uma audiência pública, se for necessário, mas é preciso trazer para cá essa discussão, afinal de contas somos cobrados quando vamos à base.

Portanto, precisamos, no mínimo, ter as informações necessárias tanto de um lado quanto de outro, para que possamos estar formando uma opinião com relação a esta Casa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, quero comungar do parecer de v.exa., que acho muito importante. Fui procurado por várias entidades empresariais.

É muito importante discutir a questão do lucro presumido. E esse decreto trouxe algumas alterações. Por isso, entendo que isso não foi discutido com a classe empresarial.

Para se ter uma ideia, conversando com o presidente da Associação Comercial e Industrial de São Miguel d'Oeste, 330 empresas estão sendo enquadradas e têm valores elevados a recolher.

É um tema abrangente, atinge muitas empresas. Faço parte da Frente Parlamentar, e vamos provocar o presidente deputado Darci de Matos e toda a Assembleia para discutir esse assunto com o governo e encontrarmos uma solução.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado.

Para encerrar, falando no Confaz, na verdade, com as novas alíquotas fixadas pela Resolução 13 do Senado, que unifica a alíquota em 4% nas operações interestaduais com mercadorias importadas, ficou muito mais vantajoso comprar produtos importados dos outros estados, o que prejudica a indústria local. Ou seja, o Confaz está trabalhando na contramão do que falamos aqui. Eles colocaram 4%, o que propicia ao micro comprar fora, porque fica mais barato, e agora estamos nessa guerra. E quero lembrar que muitas vezes 4% numa compra, na emissão de uma nota, no pagamento de um imposto, para os empresários da micro e da pequena empresa, sai do pró-labore deles. Ou seja, sai do bolso do dono essa questão. Por isso, é muito importante essa discussão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer um pronunciamento

sobre o filme *Os Colegas*, que será lançado no dia 1º de março, protagonizado por três atores Brasileiros com síndrome de Down, que é uma cromossomopatia, um doença de característica genética em que há uma alteração no cromossomo.

Segundo o IBGE, é estimado que no Brasil exista em torno de 10% da população com alteração cromossomial, sendo que desses, entre 4% e 5% são portadores de síndrome de Down com variações clínicas do ponto de vista da capacidade intelectual desses pacientes. E um brasileiro chamado Ariel Goldenberg acabou protagonizando o filme *Os Colegas*, cujo diretor chama-se Marcelo Galvão. Esse garoto um dia disse aos seus pais que queria ser ator, e seus pais falaram que era impossível. Ao assistir ao filme do Sean Penn, intitulado *Uma Lição de Amor*, convenceu-se de que queria ser ator. Então, seus amigos resolveram fazer uma peça, um vídeo para a internet, chamado *vemseanpenn*. E o sonho desse garoto é ter ao seu lado na estreia do filme um ator americano. Ganhou dois Oscar e é diretor de cinema também.

Por isso, quero, neste momento, solicitar à Assembleia que entremos nessa campanha, porque trazer o Sean Penn ao Brasil não é apenas participar da estreia desse filme, mas é ser protagonista da vida de milhares de brasileiros, de latino-americanos e de pessoas que neste mundo afora têm patologia como essa e que muitas vezes acham que não têm condições de estar incluídas no meio social, desenvolvendo suas atividades.

Solicito à assessoria que exiba o vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Este clipe teve num único dia 180 mil acessos, na semana passada. E vamos repassar para todos os gabinetes, pedindo que nos incorporem nessa campanha, porque, como disse, não é apenas a vinda de um personagem internacional, mas, sim, o que representa isso na vida de milhões brasileiros que podem ser incluídos. E muitas famílias não sabem que isso é possível.

Esse filme é protagonizado pelo Ariel Goldenberg, pela sua esposa Rita Pokk que também

tem síndrome de Down e pelo Breno Viola, também portador da síndrome de Down.

Tenho uma afilhada que tem síndrome de Down, que hoje está cursando a universidade. Os pais são pediatras, a mãe se especializou nessa doença, cromossomopatia, e é professora na Universidade Federal do Paraná. E aprendi a conhecer mais a fundo o que isso representa. Por isso, vamos entrar na campanha do *vemseanpenn*, porque isso vai representar a mudança do contexto da vida de uma série de crianças neste país, na América Latina, no Brasil, mudando a visão sobre a patologia. Não é simplesmente uma criança, uma pessoa especial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, poderíamos na tarde de hoje tratar sobre vários temas, especialmente porque estamos voltando às atividades após essa semana de Carnaval. Poderíamos voltar a falar sobre a questão da mobilidade, não só a urbana, mas também das rodovias. Por exemplo, se eu não tivesse vindo de moto, não estaria aqui ainda. Só estou aqui porque vim de moto da minha cidade. Peguei um trânsito infernal nas redondezas de Balneário Camboriú e também na grande Florianópolis, na BR-101, até chegar à fatídica Via Expressa que é um verdadeiro gargalo em Florianópolis, um dos piores locais para se transitar de carro.

Poderíamos também voltar a falar, sr. presidente, sobre a questão da segurança, dos mais de 90 episódios verificados nos últimos tempos relacionados à queda de braço entre o poder oficial e o poder paralelo.

Enquanto o poder paralelo tem mais eficiências nas suas decisões e rapidez nas execuções das suas decisões, o poder oficial trava na burocracia, na falta de elemento humano, na falta de condições técnicas. Enfim, é uma luta quase que desigual.

Estou falando isso aqui porque hoje existe um poder quase que consolidado paralelo da marginalidade. As determinações são executadas pontualmente e se não forem executadas, executado será quem determinou que fosse feito o serviço. Essa que é a grande verdade.

Não é fácil tomar decisões e executá-las, porque quem não as executa é executado. Tanto é verdade que vemos quase que diariamente marginais assassinando marginais. E nós, na maioria das vezes, não sabemos a origem desses crimes no submundo, no andar de baixo. Uma boa parte desses crimes é de determinações que não foram cumpridas. E se essas determinações não forem executadas, os mandantes é que serão executados.

Por isso que existe uma eficiência bem grande em relação a todos esses episódios que estamos vivenciando como um verdadeiro abuso, um deboche das autoridades, a ponto de no próprio Centro Administrativo ser queimado um carro. O submundo, o crime organizado quis mostrar claramente para o poder oficial, para o governo de que pode fazer o que quer na hora e no local determinado por ele.

Então, o assunto é muito sério, requer um envolvimento muito grande não somente das autoridades como também das autoridades federais. E v.exa., deputado Maurício Eskudlark, que é do ramo, que está no meio, que conhece e sabe muito mais do que eu, deve estar sabendo muito mais do que todos nós o que está acontecendo, mas que por dever de ofício não pode falar.

Temos consciência de que se não transferirem esses líderes desse poder paralelo para longe daqui acho que dificilmente vai se conseguir organizar ou dominar novamente a situação neste estado. E não consigo entender, deputado Maurício Eskudlark, por que esses líderes que são conhecidos, que são de conhecimento total e geral do meio, não são transferidos. Há uma burocracia, mas ela não pode ser tão agonizante assim, tão demorada. O serviço secreto, a inteligência já tem os nomes. É preciso somente passar para as autoridades que têm de tomar providência, encaminhar para o juiz de direito, que é o juiz

que tem que autorizar a remoção desses elementos, e mandar embora!

Há vagas nos presídios! O governo federal está oferecendo vagas. E com esses elementos longe daqui, quem sabe se as forças se equilibram ou quem sabe se o governo resolve isso.

Estava atento, prestando bastante atenção no que o deputado Kennedy Nunes estava falando sobre essa guerra fiscal, esse problema que se criou para o pequeno e microempresário em Santa Catarina, no entendimento deles, é claro, nessa questão do pagamento da diferença do ICMS, uma determinação que não passou por esta Casa, foi feita através de um decreto do governador, porque se tivesse vindo para cá, certamente, haveria uma discussão mais profunda, mais ampla e acredito até que não seria aprovado. Por isso, o decreto foi mais objetivo e claro com as intenções que o governo tinha de regularizar essa situação. Mas o problema é sério e acaba atacando o coração da economia catarinense, já que temos a maior associação de micro e pequenos empresários do Brasil, que é a Ajorpeme, em Joinville.

Conheço bem os problemas que enfrentam os pequenos e microempresários porque sou um deles, faço parte do Simples, assim como milhares de pequenos e microempresários em Santa Catarina que serão atingidos de qualquer maneira por esse decreto. E o que vai acontecer? Na maioria das situações ou praticamente em todas, quem vai pagar o preço é o consumidor, porque o micro e o pequeno empresário vão acabar repassando esses 5% para o preço final e quem vai acabar pagando é o consumidor. Acho que isso deve passar por uma discussão ampla.

O secretário Antônio Gavazzoni já fez uma pequena e objetiva explanação sobre as razões que levaram o governo a tomar essa decisão, mas o grito é geral e a ressonância vem para esta Casa. Acho que não houve um deputado que não tenha recebido um *e-mail*, uma correspondência, um telefonema, uma visita de um representante de alguma associação aqui de Santa Catarina.

Numa conversa com o deputado Darci de Matos soube que amanhã haverá uma reunião com o secretário Antônio Gavazzoni para tratar sobre este assunto, e ele já disse que recebe todos, que conversa sem problema nenhum, mas não quer comitiva.

Vou me informar melhor sobre essa reunião com o deputado Darci de Matos para, porque, se for o caso, fazer parte dela.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra a próxima orador inscrita, a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, realmente, deputado Nilson Gonçalves, esse é um assunto que vem sendo debatido por vários micro e pequenos empresários e esta parlamentar também já recebeu diversas manifestações. Com certeza se esse assunto tivesse passado por este Parlamento seríamos totalmente contrários.

(Passa a ler.)

"Mas venho à tribuna nesta quarta-feira de cinzas para mencionar que no último dia 10 de fevereiro, domingo, o nosso partido, deputados Neodi Saretta e Jailson Lima, comemorou os seus 33 anos de fundação e continua, srs. parlamentares e público catarinense, na liderança como o partido mais amado do povo brasileiro. As pesquisas recentes revelam que 24% do povo brasileiro prefere o Partido dos Trabalhadores.

São 33 anos marcados pela defesa dos que mais precisam, por erros e acertos, mas que tem a marca do partido que devolveu o Brasil ao povo brasileiro."

Dá para perceber notadamente que nos últimos dez, em nível federal, no governo do presidente Lula e também da presidente Dilma Rousseff, houve uma mudança significativa na qualidade de vida da nossa gente.

(Continua lendo.)

"Comemoramos também dez anos de um governo popular e democrático no Brasil que mudou para melhor a vida dos brasileiros e das brasileiras.

Juntamente com outros partidos, o PT elegeu o primeiro operário presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a primeira mulher a governar o nosso país, a nossa presidenta Dilma Rousseff. São dois governos que orgulham o partido e o povo brasileiro.

Nesses dez anos, sra. deputada e srs. deputados, são inegáveis as transformações que foram realizadas. Foram gerados cerca de 18 milhões de empregos formais, ampliando a renda dos trabalhadores e das trabalhadoras. O Brasil ganhou respeito do mundo, zerou a dívida externa com o FMI e vai realizar a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Hoje o Brasil é um país de classe média. Cerca de 60 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza e da miséria. E com o Bolsa Família e o Brasil Carinhoso caminhamos para a erradicação da miséria no nosso país.

Temos transformado a educação brasileira com mais universidades, escolas em tempo integral e milhares de creches." Basta o governo do estado e também os nossos prefeitos e prefeitas eleitos fazerem o seu dever de casa e buscar os recursos no governo federal.

(Continua lendo.)

"Criamos o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC - e realizamos as obras de infraestrutura em todo o nosso país, como a duplicação, e que já uma realidade, da BR-470, no vale do Itajaí, que está prestes a começar. O primeiro trecho já foi licitado.

O Brasil, hoje, tem recursos de investimentos em todas as áreas: infraestrutura, educação, saneamento, turismo, cultura, prevenção de cheias, mobilidade urbana e também saúde.

Na semana passada, dias atrás, em reunião com os prefeitos e prefeitas, a nossa presidenta Dilma Rousseff anunciou novos R\$ 67 bilhões a todas as prefeituras para a realização de obras em todas as áreas.

Já foram construídas, ou estão em construção, mais de dois milhões de habitações pelo programa Minha Casa, Minha Vida. E agora a nossa presidente Dilma Rousseff consolidou o seu compromisso de reduzir a energia elétrica para a população brasileira, mesmo, senhoras e senhores, enfrentando a oposição da mídia e dos partidos de direita, que boicotam todas as ações que beneficiam os brasileiros e as brasileiras. Prova disso são os três governos estaduais do PSDB, como os estados do Paraná, São Paulo e de Minas Gerais, que não aderiram ao projeto de redução de tarifas da energia elétrica, lamentavelmente.

Mas a nossa presidenta, com a sua costumas firmeza, fez o enfrentamento e garantiu mesmo assim a redução da tarifa da energia elétrica. Ou seja, vivemos num novo Brasil, um Brasil em construção, mas que é um Brasil mais justo, fraterno e pertencente a todos. Um país que tem imensos desafios ainda a ser enfrentados, mas que planeja o seu presente e o seu futuro com coragem e com muita competência.

Santa Catarina também se beneficiaria deste novo país. Somente neste ano, 2013 e 2014, teremos mais de R\$ 7 bilhões que serão investidos em nosso estado, graças à determinação desta grande mulher que é a nossa presidenta Dilma Rousseff.

A nossa tarefa será, enquanto Parlamentar, de fiscalizar a execução dessas obras no nosso estado, desses R\$ 7 bilhões de recursos que foram destinados a Santa Catarina e garantir que os recursos não se percam pelo caminho.

Vamos estar sempre vigilantes, vendo onde estão sendo colocados esses recursos que foram destinados para Santa Catarina.

Também, senhores e senhoras deputadas, nesse pouco tempo que me resta, eu não posso me furtar em falar de um tema que também está causando grande indignação ao povo catarinense.

Neste feriado de Carnaval, onde não foi feriado para mim, eu estive trabalhando na região serrana e também no meio-oeste de Santa Catarina, onde estivemos visitando vários municípios como Anita Garibaldi, Lages, Videira, Fraiburgo,

Tangará, Capinzal, Ouro, bem como Pinheiro Preto, Bom Retiro, que além das demandas locais, o grande tema em discussão, por várias lideranças políticas e também empresariais, e a grande preocupação dos catarinenses é o tema da segurança pública, sim.

Hoje, completamos quinze dias de ataques do crime organizado à sociedade catarinense. Já somam 96 ataques, srs. parlamentares. Estamos há 15 dias nos noticiários nacionais, infelizmente com notícias negativas para o nosso estado, numa contrapropaganda, certamente, que traz prejuízos irreparáveis para a nossa gente.

Vivemos a maior onda criminosa da história de Santa Catarina; são quinze dias de pavor, quinze dias de insegurança. Imaginávamos que era só aqui na questão do litoral de Santa Catarina, mas pessoalmente, nesses municípios que visitei, o tema era segurança pública.

Em Bom Retiro, um município muito pequeno, um ônibus foi incendiado. No município de São Joaquim outro ônibus foi incendiado. Então, chegamos realmente ao fundo do poço.

Essa tragédia já foi anunciada há muitos anos, quando a falta de investimentos, principalmente, deputado Maurício Eskudlark, nas políticas públicas de prevenção à criminalidade, no combate e prevenção à drogadição no nosso estado. Isso acontece quando não se tem políticas públicas eficientes, construídas coletivamente com a sociedade, que visualizem a prevenção, o planejamento e a valorização dos que trabalham também na área da segurança, que são os nossos policiais civis, os nossos policiais militares.

Eu acredito, srs. parlamentares, que Santa Catarina, no mínimo, está a uma década de sucateamento do setor da segurança. Não temos políticas públicas de prevenção e combate ao tratamento da drogadição. Não temos políticas públicas para as áreas da infância e também para a área da juventude. Não acessamos, e até em muitos casos Santa Catarina devolveu os recursos federais nas áreas sociais, pela ausência da garantia da contrapartida estadual, e vivemos, infelizmente, a

mais absoluta falta de comando, repetindo erros passados.

Assim, srs. parlamentares, espero uma ação mais concreta do governador Raimundo Colombo, para que Santa Catarina volte a ser o que era, um estado seguro, tranquilo. E que a nossa população tenha o direito de ir e vir sem as ameaças de ataques, como está acontecendo no nosso estado.

Nós não podemos deixar de ter um olhar diferenciado também para a questão dos direitos humanos. Os presos estão nas nossas penitenciárias, nos nossos presídios, mas eles também precisam ser ouvidos e recuperados, para serem devolvidos à sociedade melhores do que estavam lá. E para essa problemática também temos que ter um olhar diferenciado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, inicialmente cumprimento o jornalista Roberto Azevedo que na semana passada publicou na sua coluna uma matéria sobre a saúde, sobre a qual quero fazer uma pequena análise no dia de hoje.

A saúde, sem dúvida nenhuma, será sempre um problema difícil de ser resolvido definitivamente, e teremos que cotidianamente buscar adequações para atender pelo menos à parte da necessidade da população.

Nesse trabalho ele faz uma análise, uma consultoria estratégia de atendimento à saúde nos 14 hospitais do estado. No ano passado, foram atendidos aproximadamente 21% dos pacientes, sendo que 79% dos atendimentos aconteceram nos hospitais conveniados, ditos particulares, entre aspas, que são hospitais comunitários, hospitais de igrejas, hospitais de comunidades que normalmente são

mantidos, além do que recebem mês a mês, com a colaboração da comunidade.

Então, esses 14 hospitais, no ano passado, arrecadaram através de AIH, Autorização de Internação Hospitalar, R\$ 138 milhões. Mas o gasto que esses 14 hospitais tiveram foi de R\$ 579,7 milhões. Se alguém tiver em casa uma caneta na mão, multiplique 138 por quatro e achará 579, ou seja, uma internação, uma AIH que é paga num hospital conveniado custa quatro vezes mais quando feita pelo governo, quando feita por um hospital público.

Aqui precisamos efetivamente fazer uma correção: todos os casos mais complicados ou os casos mais complexos também são dirigidos ao setor público, evidentemente. E isso faz-nos refletir: se o governo federal paga um determinado valor para cada AIH, por que a secretaria de estado da Saúde em vez de atender a muitas cirurgias, por exemplo, de hérnia, cirurgias de histerectomia, cirurgias de varizes, cirurgias de cataratas, uma imensidão de procedimentos os quais são feitos nos hospitais públicos e que poderiam ser feitos em hospitais conveniados. Mas isso não acontece lá porque esses hospitais são impedidos legalmente de operar.

Já falei várias vezes, mas dificilmente isso ecoa tanto aqui e, principalmente, na secretaria da Saúde, do ponto de vista de tornar isso prático. Enquanto os procedimentos simples poderiam ser feitos em Brusque, em Curitibanos, em Joaçaba, em São Miguel d'Oeste e em muitas outras cidades deste estado, eles são transferidos não porque lá não haja profissionais capazes ou que o hospital não tenha capacidade, mas não acontecem porque não existe a autorização. Existe uma forma branca de dizer não, de concordar com a ambulancioterapia.

Sei que isso foge ao desejo do secretário da Saúde, mas alguém tem que bater na mesa primeiro. Por que inúmeros hospitais no estado que têm condições de fazer procedimentos ditos de alta complexidade não o fazem? Por que a secretaria da

Saúde não dá a autorização para o hospital de Joaçaba, de Curitiba, de Videira, de Brusque?

As autorizações para atendimento de alta complexidade no estado não passam de sete, oito municípios. A grande maioria dos municípios não pode fazê-lo. E o que é alta complexidade? É a palavra que a secretaria da Saúde usa para dizer "não", simplesmente isso.

O hospital tem condições de fazer o atendimento, e a razão de não se autorizar é porque em uma AIH de alta complexidade a secretaria da Saúde vai pagar um pouco a mais, em vez de R\$ 200,00 passa para R\$ 300,00. Mas aí o procedimento acontece lá no interior, e não é necessário submeter o paciente ao desconforto de se deslocar muitos quilômetros e ainda fazer o tratamento fora do domicílio.

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - Deputado, na verdade é muito difícil interiorizarmos a alta complexidade, haja vista que o Hospital Regional Alto Vale, de Rio do Sul, tem condições de fazer alta complexidade de cirurgia vascular periférica, no entanto, os pacientes são transferidos para os hospitais de Florianópolis, que já não conseguem atender à região.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - A cirurgia vascular que v.exa. se refere é a cirurgia de varizes?

O Sr. Deputado Jorge Teixeira - Não, é a cirurgia de aneurisma abdominal, aneurisma femoral, aneurisma de alta complexidade vascular, e temos três profissionais na cidade de Rio do Sul com todos os equipamentos. Estamos lutando com o credenciamento que vai a Brasília, pisme, sr. deputado. O estado também depende de Brasília na alta complexidade da oncologia, da neurocirurgia. Sou neurocirurgião, e tivemos que ir a Brasília para pegar o credenciamento de alta complexidade. Antes disso os pacientes iam para Blumenau. O estado também tem a dificuldade, porque depende de

uma caneta lá no ministério. Então, é uma questão muito complexa.

Quero dizer a v.exa. que precisamos nos unir, ir a Brasília, à frente parlamentar, para tentar trazer os recursos para a alta complexidade.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o seu aparte.

Precisamos buscar essa frente. Como v.exa. colocou, essa questão ultrapassa a vontade, o peso político do secretário, e é questão até para o governador assumir. Então, a definição de alta complexidade não significa que lá na cidade não haja profissional capaz de fazer o atendimento e também não significa que o hospital não possa. Por exemplo, o hospital de Rio do Sul, hospital regional, que poderia e deveria, sim, fazer todos os procedimentos lá ditos de alta complexidade. Mas eles não são feitos para não pagarem um pouquinho mais, para não pagar 50% a mais a AIH do que se pagaria, pois em vez de pagar R\$ 200 mil pagar-se-ia R\$ 300 mil.

Dessa maneira, aqui no estado, ao realizar, custa quatro vezes aquilo que se pagaria uma vez e meia ou no máximo duas vezes ao transformar alguns hospitais do interior em hospitais para atender à alta complexidade e com isso dar condição para fazer o procedimento lá e não submeter inúmeros pacientes a viagens e até a receberem um não aqui, permanecendo muito tempo na fila.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, decano desta Casa, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento na tarde hoje, eu gostaria de fazer um convite muito especial, pois teremos alguns dias muito importantes que talvez marcarão a

história de algumas pessoas que não conheceram a competência, a capacidade de um profissional da estrada, aqueles que carregam a riqueza do país no tapetão preto.

Refiro-me à 23^a Arrancada de Caminhões, em Balneário Arroio do Silva, que ocorrerá de 21 a 24 de fevereiro, com a solenidade de abertura no dia 22, às 20h, após as escolhas das rainhas do caminhoneiro, que tem tido muitas concorrentes. São belíssimas mulheres, e Santa Catarina tem dado uma demonstração de mulheres bonitas. E quem quiser ver outras mais bonitas ainda vão à festa do caminhoneiro, porque lá estarão as rainhas do ano passado e as que serão escolhidas para poder representar as mulheres no referido evento.

A expectativa, deputado Valmir Comin, é de mais de 200 mil pessoas, as quais são ligadas ao transporte de carga, ao caminhoneiro, têm um vínculo com o transporte de carga de Santa Catarina, Brasil e Mercosul, porque recebemos muitos visitantes da Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile na corrida de caminhão.

É um evento extraordinário, chama atenção, a emoção é muito grande. A adrenalina mesmo dos profissionais chega ao suor, fazendo com que escape a mão do câmbio, porque sabem que um erro é fatal. E nesse evento não pode ter um erro, porque se errar está fora, porque o outro passa, e ele não alcança mais.

Vivi esses 27 anos, sendo que tivemos quatro intervalos, porque um prefeito não fez, mas esse 23^o Arrancadão será extraordinário, fantástico. E quando criamos o evento queríamos valorizar o motorista profissional, sendo que Aparecida do Norte já faz a festa do caminhoneiro, o Rio Grande do Sul também, porém, não é de emoção, é apenas uma reunião dos caminhoneiros para festejar São Cristóvão. Agora, quando criamos a arrancada na areia virou gozação, porque eram os caras na areia. E hoje é um dos maiores eventos não só de Santa Catarina, mas do Brasil e também do mundo, porque já existe nos Estados Unidos, em vários países, mas nenhum parecido e com a dimensão do nosso.

Criei esse evento há 27 anos e sinto-me orgulhoso neste instante em poder saber que criamos uma arrancada para valorizar o motorista profissional. Obtivemos sucesso sem limite em Santa Catarina, no Balneário Arroio do Silva e também no Brasil.

Deputado Valmir Comin, v.exa. é do ramo, conhece caminhão, a sua empresa tem caminhões, v.exa. sabe o que é ser um motorista profissional que deve ser valorizado. Eu espero, deputado Valmir Comin, que vá correr nessa arrancada de caminhões juntamente conosco.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Manoel Mota, fico lisonjeado e vejo v.exa. todo empolgado quando fala na arrancada de caminhões, no município de Arroio do Silva, que iniciou no governo de v.exa. quando era prefeito desse grande município de Araranguá, evento este que se espalhou não somente em caráter regional, mas em nível de estado e também nacional, sendo um dos acontecimentos de maior referência, de maior relevância para Santa Catarina, que conta com a presença de milhares de pessoas, milhares de famílias que vêm para esse evento com o intuito de confraternização. É quase que parecido quando se fala nos rodeios, onde não vê falar em roubos, em brigas, enfim, é um momento de confraternização.

Por isso, parabenizo v.exa. por ter idealizado esse intento, esse sonho, esse desejo e sendo piloto na época já de queixo duro, caixa seca e posteriormente com o avanço da tecnologia acompanhando a modernidade.

Realmente é um evento que comunga todos os povos, todas as etnias, que com certeza vem enaltecendo cada vez mais a região sul, o estado de Santa Catarina e levando para o cenário nacional. Por isso, parabenizo v.exa. e espero poder estar presente novamente junto com v.exa. e com outros parlamentares, com a presença dos governos compartilhando esse evento.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a v.exa., deputado Valmir Comin, e incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento. Se já fizemos parte da comissão de Transportes é porque temos muito a ver com o transporte de carga de Santa Catarina e do Brasil.

Quando criamos a corrida de caminhões havia aquela gozação: "Corrida de caminhão na areia? Vocês não têm mais o que inventar?" E quando chegou o dia da corrida, havia aproximadamente 25 mil pessoas, e já foi um grande sucesso. Na segunda edição colocamos em torno de 50 mil pessoas no evento. Conseguimos, através da TV Eldorado de Criciúma, porque o meu secretário de turismo era de Criciúma, algumas mensagens de Santa Catarina para São Paulo, e a terceira edição dessa corrida de caminhões foi um sucesso para arrebentar. Toda a imprensa nacional estava presente, inclusive capas de revistas como a revista *O Carreteiro*, a *HD*, revistas de caminhoneiros falavam sobre essa corrida de caminhões. Foi um sucesso a toda prova.

Conseguimos, através, acho, não me recordo bem, da CBN TV, aquela que caracterizava que era do Collor, enfim, eles chegaram a mandar sinal para os Estados Unidos, onde ocorre uma corrida na mesma categoria, e dali ao vivo para São Paulo, para o Rio de Janeiro. Então, arrancamos com muita força.

Hoje, criou-se um corpo muito grande com a participação das montadoras, como a Petrobras, que participa efetivamente da corrida de caminhão. E precisamos fazer uma homenagem muito forte para a Petrobrás, porque ela acreditou, investiu, é companheira e parceira do nosso Quilômetro de Arrancada. E o Alveri Aguiar de Sá, do posto Irmãos da Estrada, que é representante da Petrobras, foi uma pessoa que participou desde o início, que ajudou, que contribuiu. Ele marcou muito fundo.

Paulo César Maciel da Silva foi outro que ajudou e contribuiu bastante. Hoje, ele é o dono do Shopping Iguatemi, da Santa Fé Veículos, do Ponto Um. Ele preparava sempre um caminhão para

correr. E se não fosse o primeiro caminhão a ganhar, era o segundo, porque ele preparava - ele é engenheiro.

Mas tive que participar por causa da exigência dos próprios caminhoneiros. Eu, como fui prefeito e caminhoneiro, exigiram a minha participação. E posso aqui registrar que fui campeão em primeiro lugar, na categoria truck, fui campeão em segundo lugar, em terceiro lugar. Acho que subi no pódio umas oito vezes para receber troféu de campeão ou de vice. Tive muita sorte porque muitos profissionais perderam para algumas mulheres que disputaram. Eu nunca perdi, tive sorte. Mas muitos bons caminhoneiros perderam para mulheres que disputavam também como pilotas. Não chegaram a ser campeãs, mas foram colocadas, ficaram em terceiro lugar e até, acho, em segundo lugar.

Então, é um evento que marca muito fundo, é um evento que mexe com o Brasil inteiro. E quero aproveitar para fazer um convite aos nobres pares desta Casa, à sociedade e às empresas ligadas ao transporte de toda Santa Catarina e do Brasil para conhecerem o maior evento da história dos caminhoneiros no Balneário Arroio do Silva, que será realizado do dia 21 ao dia 24. Venham antes um pouco, participem da eleição da rainha, da abertura, que é muito linda.

Hoje, já estamos recebendo de São Paulo aqueles empresários ricos que têm uns caminhões antigos grandes, lindos, os quais vão expor e desfilar lá, porque temos no meio do caminho, no meio da corrida o desfile, com a presença também do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que já confirmaram a sua presença. Mas quero fazer um convite aos parlamentares que puderem ir para chegarem lá ao meio-dia para almoçar junto conosco nesse grande evento que marca história em Santa Catarina.

Então, para mim é uma tarde muito especial, é uma tarde marcante porque faz 27 anos que criamos um evento sem saber o que iria acontecer, e hoje é considerado um dos maiores eventos do mundo da área do transporte maiores.

Assim sendo, quero aqui convidar você, telespectador, caminhoneiro de toda a região, empresário da área de transporte, para conhecer a emoção. A adrenalina sobe porque aquele que patina muito sai atrás. Tem que ser bom até na arrancada na areia. Não pode patinar muito e arrancar com muita força.

A Fórmula 1, o Truck, foi lá. Foram duas arrancadas e não conseguiram ganhar da gente. Não conseguiram! Então, esse evento mostra que os caminhoneiros estão afiados, esses que carregam a riqueza, o PIB do Brasil nos tapetões pretos da BR-101, e por isso vamos marcar muito fundo.

Espero que possamos contar com a presença de muitos catarinenses, de muitos brasileiros para comemorarmos juntos essa grande festa dos caminhoneiros, que acontecerá nos dias 21, 22, 23 e 24 de fevereiro. Estão todos convidados para participar da 23ª Arrancada de Caminhões no Balneário Arroio do Silva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do vereador Marciano Perassoli, do município de Bandeirantes, um jovem político do PT, com apenas 25 anos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, gostaria de parabenizar o deputado Manoel Mota, que é um defensor dos caminhoneiros na região de Araranguá.

Gostaria de saudar a todos os catarinenses e fazer algumas observações relacionadas a assuntos que teremos que tratar passado o período de festas.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao Carnaval, entendo que o nosso prefeito, Cesar Souza Júnior, adotou as medidas coerentes no que

diz respeito aos investimentos. O Carnaval é uma festa, mas, acima de tudo, deve atender aos interesses da população, e os investimentos do município, do estado e da união devem ser carreados para a questão social priorizando sempre a comunidade.

Estive na abertura do Carnaval em Joaçaba, o deputado Neodi Saretta esteve lá também, assim como outros deputados, autoridades, e cheguei a conclusão de que hoje, juntamente com o Carnaval de São Miguel d'Oeste, essas duas cidades fazem a melhor festa do interior do estado.

Acompanhamos na segunda-feira os desfiles em São Miguel d'Oeste e registro que, guardadas as devidas proporções e os devidos investimentos alocados, tivemos uma festa que atendeu a comunidade, com uma grande participação das famílias, desfiles de blocos de idosos, enfim, buscando trazer a alegria do Carnaval, mas contemplando a população que deve ser a maior beneficiada, sem cobrança de ingressos, acessível a todos. Foi um investimento importante para esse período porque, principalmente, atendeu ao social.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Maurício Eskudlark, obrigado pelo aparte, gostaria de me associar a sua manifestação, inclusive com relação ao Carnaval de Joaçaba, onde estivemos. Quero parabenizar todas as escolas de samba, os organizadores, a Liga e dizer que realmente foi um grande evento de destaque para Santa Catarina. E assim como v.exa. faz uma referência ao Carnaval de São Miguel d'Oeste, queria fazer uma referência ao Carnaval de Itá, que já tem tradição, o Carnaval Náutico; e de forma muito especial, este ano, o Carnaval de Concórdia. Nós tivemos um Carnaval com três escolas de samba sem nenhum centavo de recurso estadual. Acho que o governo do estado deveria pensar nisso no próximo ano e analisar todos esses locais onde há essa participação para poder fazer uma distribuição não apenas em um ou outro lugar.

Mas em Concórdia, para que se tenha uma ideia, deputado Maurício Eskudlark, no domingo à noite mais de dez mil pessoas estavam assistindo aos desfiles das três escolas de samba, e nós queremos fazer este registro.

Gostaríamos de registrar também as inovações acontecidas no Carnaval de Capinzal, que também teve um destaque.

Então, creio que todos estão de parabéns. Mas v.exa. se refere bastante a Joaçaba, onde estávamos também, e realmente lá o Carnaval já tem um nível bastante elevado e está de parabéns toda aquela comunidade.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado!

Só para complementar, quero dizer que em São Miguel d'Oeste, na segunda-feira, também havia em torno de 10 mil pessoas. Então, foi um Carnaval muito brilhante.

Quero parabenizar a administração municipal de São Miguel d'Oeste, através do prefeito João Carlos Valar e do vice Wilson Trevisan; e também o sr. Elias Araújo, secretário de Cultura, Lazer e Turismo de São Miguel d'Oeste.

Parabenizo também o prefeito Rafael Laske, de Joaçaba, e a Liga das Escolas de Samba. Estive lá acompanhando o desfile, assim como estavam também o vereador Chico Lopes; prefeitos da região; a prefeita Ivone Mazutti De Geroni, de Calmon, e cujo filho está aqui no plenário assistindo, hoje, à esta sessão; a prefeita Gisa Aparecida Giacomini, de Catanduvas; e muitas autoridades regionais. Estão todos de parabéns!

Ontem também acompanhei o encerramento das comemorações em Balneário Camboriú, e quero parabenizar a administração daquele município, minha outra cidade. Lá não se faz Carnaval com escolas e Carnaval de rua, mas se faz um *show* para os turistas, com milhares de pessoas na praia assistindo-o. Está de parabéns a administração municipal e essa é a forma correta. Santa Catarina é um estado com as suas peculiaridades regionais, sendo que cada região tem o seu brilhantismo.

Quero aproveitar também para registrar que no dia 15 será o aniversário de São Miguel d'Oeste e que haverá lá muitas comemorações. Para o São Miguel Tchê, um encontro tradicionalista, já confirmaram presença mais de 100 CTGs do estado de Santa Catarina. Eu digo que o tradicionalismo é muito importante, pois é a defesa da família, da cultura e da tradição. Nos rodeios encontra-se pai, mãe, filho, avô, netos, todos juntos num acampamento, fazendo as refeições, dormindo no pelego. Enfim, há novamente aquele encontro de famílias, o que é muito importante.

Então, quero registrar que o governo do estado, através da secretaria de Turismo, Cultura, e Esporte, liberou recursos modestos, mas que com certeza vão ajudar, e muito, na realização daqueles eventos.

Quero fazer referência a um assunto já abordado pelos deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes: a questão do Decreto 1.357, de 2013.

Recebemos manifestações da FCDL, de várias entidades, do sr. Alaor Tissot, do sr. Sérgio Medeiros e de associações empresariais, todos preocupados com a implicação desse decreto na economia e na vida das empresas do estado de Santa Catarina.

Já falamos com o nosso líder, deputado Darci de Matos, também presidente da Frente Parlamentar do Comércio, e ele já está agendando um encontro com o secretário da Fazenda e o governo do estado para que possamos debater e encaminhar essa situação.

As empresas catarinenses não podem se sentir prejudicadas nessa questão.

Sabemos da boa intenção do governo do estado, através da secretaria da Fazenda, e sabemos da intenção, também, de todos os empresários. Então, é necessário conciliar esses interesses em prol da sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O deputado Jorge Teixeira também me procurou, assim como o deputado Serafim Venzon, o deputado Nilson Gonçalves, enfim, questionando-me e questionando o governo sobre esse decreto.

Eu já interagi com o secretário Gavazzoni, na terça-feira passada, e ele acabou de me confirmar a reunião para dia 26, às 10h. Será uma terça-feira.

Então, as entidades, Fecomércio, Fampesc, e FCDL, estarão presentes, e o governo pediu mais uns dias, porque estão fazendo um estudo a respeito desse decreto, que tinha como objetivo inicial a proteção da indústria catarinense. Mas, pelo que a gente sente, o impacto é muito forte no caixa das micro e pequenas empresas. E se tem um segmento que não pode abrir mão de receita são exatamente os pequenos.

Tenho certeza de que nesta audiência, deputado Maurício Eskudlark, vamos fazer um bom debate, e vamos buscar uma alternativa que seja boa para as microempresas e para o governo do estado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Na verdade, com o devido respeito, gostaria de colocar aqui que o estado está legislando sob uma lei federal. A Lei do Simples não é uma lei estadual, é uma lei federal.

Foi encontrada uma maneira de tributar em cima de uma lei federal aqueles que aderiram a essa lei, de forma que eu também quero, em nome do PSDB, manifestar a nossa posição de contrário a esse decreto. Deixo claro aos micro e pequenos empresários e não só a eles, mas a todo sistema comercial do estado, porque isso interfere, porque quebrando a pequena empresa, vai acabar quebrando uma porção de outras médias e grandes. De forma que a nossa posição é contrária a esse decreto que está legislando sob uma lei federal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, deputado Darci de Matos.

Nós sabemos que a intenção do governo, com essa nova lei, foi proteger e incentivar a indústria catarinense.

Ocorreram esses reflexos nas pequenas e médias empresas, e o governo, com certeza, vai reavaliar a questão. O objetivo é que toda a economia catarinense seja movimentada.

Então, infelizmente o objetivo era um, acabou tendo esses transtornos, e é importante então que haja esse debate entre os representantes das entidades empresariais do nosso estado e os representantes do governo do estado.

Então, é mais um assunto que eu tinha anotado para abordar a questão do nosso sistema prisional, das ocorrências que infelizmente temos tido aí, desse vandalismo que tem criado uma séria preocupação tanto das autoridades do estado de Santa Catarina quanto da população do nosso estado. Mas farei isso em seguida, no momento oportuno.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra, o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Romildo Titon.

Eu queria falar sobre educação, sobre o número médio dos anos de estudo e a evolução da educação no Brasil nos últimos dez anos, mas resolvi mudar a minha intervenção, deputado Neodi Saretta, deputado Dirceu Dresch, tendo em vista que este é o horário do partido.

Inicialmente vou ressaltar aqui, deputado Jorge Teixeira, v.exa. que é do alto vale assim como eu, a liberação dos recursos do ministério de Integração Nacional, do PAC, para as obras da Defesa Civil no valor de R\$ 349,7 milhões para os

diques de Taió, para as barragens. Só espero que o novo secretário passe a dizer de onde vem o dinheiro, porque ele nunca reconhecia isso em Rio do Sul, deputado Valmir Comin. E agora temos aí o dinheirinho carimbado para o estado e estaremos cobrando a aplicação efetiva desses recursos adequadamente.

Então, tendo em vista a grande parceria que existe entre o governo federal com o governo catarinense, resolvi mudar a minha intervenção em função do que observamos nos jornais na questão da segurança pública.

Os jornais de hoje, na matéria do jornalista Roberto Azevedo, diz que o governador não tinha aceitado as forças de segurança nacional por uma questão de politização disso e, inclusive, cita o nome da nossa companheira e líder deputada Ana Paula Lima.

É importante relevar que desde novembro começamos com essa questão no estado catarinense. O governador, ao fazer a abertura do ano neste Parlamento, falou que estava indo a Brasília conversar com o ministro da Justiça sobre a questão da segurança. Mas, hoje pela manhã, atiraram fogo em dois veículos, em frente ao Centro Administrativo de Florianópolis.

Agora pela manhã: "Criminosos atiram em direção de helicóptero da Polícia Militar." No Águia, mas parece-me que não acertaram a asa do Águia, só passou raspando, mas deram um siri no Águia aqui no sul da Ilha.

A semana passada o Cacau Menezes publicou um artigozinho relevante que diz:

(Passa a ler.)

"Ninguém entendeu.

Foi anunciada, com som estridente, a ida do governador Raimundo Colombo a Brasília, para pedir reforço em nível federal. Encontrou-se com o ministro da Justiça, e a ajuda pedida foi disponibilizada.

Colombo disse que não era para agora, e no final declarou, com o ministro ao lado: 'Santa Catarina é o estado mais seguro do país.'

É claro que ninguém entendeu a atitude do governador negando o auxílio que ele mesmo foi pedir. Ou será que o governador e o ministro combinaram o seguinte: 'Eu lhe ofereço ajuda, mas você diz que não precisa.' "[sic]

Estou colocando isso porque existe o sentimento de insegurança do povo catarinense, principalmente num momento de ousadia, em que colocam fogo em veículo estacionado em frente ao Centro Administrativo, atiram na aeronave da Polícia. Mas o governador ainda não se convenceu de que precisa do auxílio da Força Nacional de Segurança.

Na semana passada o governador, em entrevista nacional, disse que não aceitou a oferta da Força Nacional de Segurança porque eram apenas 100 homens à disposição, e que Santa Catarina tem um efetivo de 15 mil homens aproximadamente.

Em matéria de domingo no jornal, o secretário da Segurança releva que a Força Nacional de Segurança possui apenas em torno de dois mil homens.

Então, quero explicar um pouquinho, se ainda não sabem, deputado Sargento Amauri Soares, o que é a Força Nacional de Segurança: não é para mandar policial aqui para fiscalizar carro; não é para mandar policial para ir para a rua. A Força Nacional de Segurança possui em torno de 12 mil homens que operam a Inteligência de Segurança Nacional e que se precisar convocar o Exército para colocar aqui 100 mil homens, coloca no dia que quiser. Isso é Força Nacional de Segurança, governador! Isso é Força Nacional de Segurança, secretário da Segurança.

Deputado Sargento Maurício Eskudlark, v.exa. que é da área de segurança, saiba que ninguém queria isso no estado de Santa Catarina! Mas não podemos mais ter morosidade! Não há nenhum impedimento e nenhum problema, só precisa ter humildade e dizer que precisamos mudar a vergonha desse contexto de quatro meses em Santa Catarina, porque isso começou em novembro.

O ministro da Justiça não ofereceu policial para a rua, o governo brasileiro está oferecendo o

que fez nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Espírito Santo, no sentido de desmantelar quadrilhas. Como funcionam as forças pacificadoras no Rio de Janeiro que hoje viraram pontos turísticos? O exército invadiu e mudou aquele contexto.

Então, a Força Nacional não é para colocar policial em frente ao centro administrativo para evitar que botem fogo. E cito as cidades atingidas: Joinville, Florianópolis, Itajaí, Chapecó, Tubarão, Camboriú, São Francisco do Sul, Gaspar, Jaraguá do Sul, São José, Brusque, Laguna, Araguari, Balneário Camboriú, Maracajá, Ilhota, Indaial, Blumenau, Garuva, Bom Retiro, São João Batista, São Bento do Sul e Rio do Sul.

Em Rio do Sul, botaram fogo pela manhã. E quero parabenizar os policiais, porque ao meio-dia os bandidos já estavam presos, sem precisar da Força Nacional. E faço deferência onde a segurança funciona.

Não podemos mais permitir essa situação, e o governador deve simplesmente dizer: "Venham para cá e ajudem-nos." Qual é o problema? Eu sou médico, bem como o deputado Jorge Teixeira. E quando não sabemos como resolver algo, pedimos a ajuda de um amigo, de um especialista. Que se busque ajuda onde possa haver.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, quero parabenizar v.exa. pela abordagem. É um momento grave. Entendo que existem erros principalmente no sistema prisional. E acho que a Inteligência tem falhado e não tem o controle que deveria ter dos fatos possíveis de acontecer. Há algumas falhas na Segurança, mas entendo que acertou o governador Raimundo Colombo, e isso foi decisão da secretaria da Segurança Pública, porque a Força Nacional não existe, não dá para se criar uma imagem de que existe um grupo diferente dos policiais dos estados. A Força Nacional é composta por policiais recrutados em cada estado, que, quando solicitados para um fato emergencial, são

convocados. Hoje temos 37 policiais catarinenses que ajudam, como reforço, em algum estado. Então, ofereceram, pelo que sei, 100 homens para Santa Catarina. Se vierem 100 homens, para fazer o plantão de 24h por 48h, teremos mais 25 nas ruas.

Então, sei que a situação é grave. O estado tem condições de resolver. E o governador tem dado as condições, mas infelizmente quem tem que dar essa solução ainda não encontrou o caminho. Compartilho da sua preocupação, deputado. É verdadeira. Precisa-se encontrar uma solução, e a equipe do sistema prisional precisa fazer com que a inteligência funcione e a segurança retorne.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado, apenas quero fazer uma correção. O ministro da Justiça, no dia seguinte ao governador dizer que ofereceu 100 homens, desmentiu a informação, dizendo que não discutiram isso. E o governador em nenhum momento se corrigiu, tanto que ele se desculpou no dia seguinte no mesmo Jornal Nacional dizendo que achou que a Força Nacional tinha apenas 100 homens. É importante relatar que a Força Nacional recruta profissionais dos estados, mas o governo federal tem neste contingente quase dois mil profissionais capacitados para ampliar e compor esse corpo. Porque se fosse nesta lógica o Rio de Janeiro não teria solicitado a operação da Força Nacional no combate ao narcotráfico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, que preside esta sessão; srs. deputados, deputado Jailson Lima, eu tive a oportunidade de acompanhar o seu pronunciamento aqui, nesta Casa, e entendo realmente ser o momento delicado em que Santa Catarina vive, acho que houve até pela relação que existe do governador com a presidente Dilma Rousseff, de

semanalmente estarem conversando e com o próprio ministro, existiu algum equívoco na informação. Mas penso que não é nenhum demérito, não, para nenhum governo pedir ajuda, como foi o que aconteceu no Rio de Janeiro, onde realmente foi banida a situação.

Eu conversava com o meu companheiro de bancada, deputado Silvio Dreveck, de que ao ouvir o debate de alguns *experts* nessa área, entendo muito pouco a questão da segurança, deputado Sargento Amauri Soares. Afirmava ele que apesar de a Polícia estar fazendo todos os esforços, apesar da dedicação tanto da Polícia Civil como Militar, enfim, apesar da dedicação de todos os segmentos organizados, do serviço de inteligência, vem sendo reativa essa situação. Por isso, deveria prevalecer uma ação mais forte, firme, combativa, a exemplo, talvez ressalvada as proporções, do que aconteceu no Rio de Janeiro, onde o próprio Exército foi lá na boca de fumo. E associado a isso, evidentemente dentro de uma ação programada de grupos táticos, com informações do serviço de inteligência integrados, puderam fazer o combate efetivo para aquele problema, para aquele caos que acabou denegrindo por muitos e muitos anos a imagem do Brasil, especificamente do Rio de Janeiro, no canário mundial.

Algumas informações que correm, de bastidores, colocam uma situação de que Santa Catarina é essa disputa de facções. E a de São Paulo com Santa Catarina não é por acaso. É que aqui está realmente a maior movimentação de drogas químicas do país, na capital e em várias cidades de Santa Catarina.

Então, isso é extremamente preocupante, é muito sério, é muito mais do que possamos imaginar. É uma droga de alto valor agregado. E muitas das vezes a própria classe média alta é que se utiliza desse expediente, essa é a grande verdade, faz esses atentados, através dos que estão na periferia com menores condições de vida, utilizando-os como escudo. Usam menores para promover os atentados. Um exemplo foi aquele filho de um sargento que foi alvejado, menor de idade, e

que quando abordado disse que era consumidor de crack, que não tinha dinheiro, mas sentia necessidade. Aí ofereceram R\$ 100,00 e uma arma, e ele foi lá e atirou com a arma.

Então, realmente a situação é crítica, e a verdade é que de repente estamos numa situação onde o estado que faz R\$ 7,5 bilhões de investimentos em quatro figas mestras do alicerce de Santa Catarina, que é área de ação social, saúde, infraestrutura e segurança, se comparado, por exemplo, com os R\$ 2,5 bilhões do Rio Grande do Sul que tem o dobro do nosso orçamento, de repente todos os investimentos, deputado Darci de Matos, acabam tornando a imagem negativa por consequência dessas situações e ocorrências que vêm ocasionando muita turbulência e trazendo um grau de insatisfação e insegurança à sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, parabéns pelo seu pronunciamento, pelo seu raciocínio correto.

Concordo com o governador Raimundo Colombo, que 100 homens não iriam resolver o nosso problema e poderia se caracterizar como desprestígio para a inteligência da nossa Polícia Civil e Polícia Militar.

O que precisamos do governo federal, deputado Valmir Comin, é que sejam fiscalizadas as fronteiras, porque é por aí que entram as drogas, as armas que são a razão de grande parte desses ataques em Santa Catarina e no Brasil. O que precisamos do governo federal são recursos para construir presídios para a recuperação dos presos de Santa Catarina; essas são as ações que o governo federal efetivamente tem que fazer.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado Darci de Matos, posso estar completamente equivocado, perdoem-me, mas eu penso que não é demérito para ninguém buscar o conhecimento, buscar o apoio para combater o mal que assola todas as famílias. E quando achamos que o problema é com o vizinho, o

problema pode estar dentro da nossa própria família.

Por essa razão, entendo e quero comungar com um especialista, que não lembro agora o nome, que a Polícia, apesar de todos os esforços, está sendo reativa. Mas precisamos agir com mais rigor, com mais eficácia, com mais posicionamento tático, firme e com serviço de inteligência integrado para combater...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere os requerimentos n.s: 0027/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0028/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0029/2013, de autoria da deputada Dirce Heidercheidt; 0030/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0031/2013, 0032/2013 de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0033/2013, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o seguinte requerimento:

Requerimento n. 0026/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos gerentes regionais das operadoras Vivo, Claro, Oi e Tim, solicitando a instalação de serviços de telefonia móvel nas localidades de Piurras, Mineiros e Dois Irmãos, no município de Bocaina do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar todos que nos acompanham, em especial quero registrar a presença do nosso companheiro vereador José Gerson Gonçalves e também do assessor jurídico da Câmara de Vereadores, Robson Rafael, que estão hoje nos prestigiando, acompanhando a nossa sessão. Quero cumprimentá-los e agradecer a presença.

Sr. presidente, hoje me inscrevi aqui para passar uma informação importante para toda a população catarinense, em especial aos nossos municípios. Saiu, nos últimos dias, a portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MDA, em que 212 municípios catarinenses classificados foram selecionados e devem receber as retroescavadeiras no próximo período. São 212 municípios e mais 42 municípios que irão receber uma motoniveladora, uma patrôla para esses municípios.

Esses recursos anunciados foram encaminhados pelo governo federal e fazem parte do PAC Programa de Aceleração do Crescimento. E quero aqui, desta tribuna, destacar a importância disso para os nossos municípios, especialmente os municípios pequenos, aqueles que, por critério, têm como principal renda a agropecuária e que têm menos de 50.000 habitantes. Mas além desses 212 municípios que já foram classificados para receber a retroescavadeira, isso não tem a contrapartida dos municípios, como a própria motoniveladora, quero dizer que até o dia 5 de abril estarão abertas as inscrições para novos municípios poderem se inscrever para receber esses equipamentos. Todos os municípios que têm menos de 50 mil habitantes e que têm a maior arrecadação da agricultura e da agropecuária.

Já temos a lista dos municípios classificados tanto para receber a retroescavadeira quanto os que se inscreveram para receber os 42 municípios que já foram selecionados para receber a popular patrôla.

Quero destacar aqui, srs. deputados, que conversei com vários prefeitos, principalmente de municípios novos, que tiveram sua emancipação nos anos 90, na década de 90. Muitos deles receberam a motoniveladora dos seus municípios mãe e essas máquinas hoje têm mais de 30 anos, deputado Silvio Dreveck, até 40 anos. E há uma motoniveladora antiga, velha, que praticamente está mais tempo estragada em oficina do que trabalhando.

Para nós, para a agricultura familiar, para os pequenos municípios, srs. deputados, esse equipamento faz uma diferença muito grande, principalmente para os agricultores poderem escoar a sua produção, para poderem sair com os seus carros, motos, ir para a cidade. É um programa de grande importância. E o valor de uma máquina dessas, deputado Moacir Soares, está próximo a R\$ 600 mil. Quando que um município tem condições de comprar um equipamento desses se o que sobra para investir é R\$ 600 mil? Às vezes, é o que tem durante o ano para fazer investimentos. Então, esse recurso, essa máquina que vai para os municípios vai, com certeza, fazer a grande diferença.

A retroscavadeira também vai ser muito importante para o desenvolvimento das atividades, principalmente das comunidades do interior, sejam estradas, seja para investir, para ajudar a agricultura familiar a produzir mais e melhor.

Quero destacar aqui também que o governo federal tem feito grandes investimentos na agricultura. Tivemos, no ano passado, durante todo o processo da estiagem, uma articulação muito importante com as associações de municípios, com as entidades, com a Fetraf Sul, com as cooperativas. Criamos um grupo de trabalho e fizemos uma grande luta e conquistamos R\$ 30 milhões para o estado de Santa Catarina, recursos esses que vieram via governo do estado. Dez milhões de reais foram liberados para a Defesa Civil para as questões emergenciais, mais R\$ 10 milhões para os poços artesianos, que estão em processo de apresentação de projeto de liberação, e estamos agora em torno de 130 tratores, 85 cv

traçados, com equipamento de um distribuidor de adubo orgânico, com seis mil litros, para auxiliar os municípios.

Então, além da patrola, da motoniveladora, da retroescavadeira, vamos ter mais um trator 85 cv, para auxiliar os municípios. São 100 municípios que vão receber em torno de 130 máquinas, tratores. E tivemos no ano passado um investimento importante para os municípios que fazem parte do Território da Cidadania, que receberam suas retroescavadeiras. Além disso, o ministério da Pesca também já liberou mais de 40 retroescavadeiras giratórias, grandes, que já estão trabalhando, prestando serviços aos nossos municípios.

Então é importante destacar para a sociedade catarinense esses importantes investimentos que Santa Catarina está recebendo do governo federal, principalmente, para os municípios menores que precisam dessas máquinas para construir programas de recuperação de rodovias municipais, de açudagem, da agricultura familiar, enfim, iniciativas que ajudem a resolver os problemas do estado e facilitar a vida dos municípios.

Era isso que tínhamos para hoje, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, sobre o Carnaval, a maior festa popular do Brasil, quiçá do mundo, muito há para falar, mas queria registrar os milhares de policiais e bombeiros, servidores da Segurança Pública, além dos servidores da Saúde, é claro, que fazem plantão nos hospitais, mas quero parabenizar, especialmente, os servidores da segurança, que se desdobraram para garantir o mínimo de segurança que a sociedade precisou durante o Carnaval, em meio a essa onda de atentados. Com a realização de

diversos *shows* grandes no estado de Santa Catarina, precisamos contar, evidentemente, com um número maior de policiais e de bombeiros de serviço.

Por isso, parabéns a todos os servidores da segurança que trabalharam no feriadão, durante o Carnaval, mais do que é normal, para garantir a segurança da nossa população e de todos aqueles que nos visitaram.

Gostaria de registrar um fato lamentável. Mais uma vez no feriadão de Carnaval, como quase sempre acontece, policiais militares foram presos em flagrante. Tivemos na cidade de São José, onde moro, a prisão de dois soldados, na madrugada de sexta-feira da semana passada, por supostamente estarem fora da sua área de serviço, o que caracteriza o crime militar de abandono de posto, ou pela suspeição de outros crimes.

Eles alegam que tinham se deslocado de suas áreas para atender a uma ocorrência sob o chamado de um cidadão que seria vítima de algum crime, mas o oficial que os prendeu alega que a ocorrência ocorreu depois do fato gerador do flagrante. Enfim, o mérito dessa questão deve ser analisado pela Justiça no devido tempo. O fato a registrar e a lamentar é que dois policiais militares permaneceram presos durante cinco dias sem que a Justiça sequer recebesse o comunicado oficial desse flagrante. Isso não acontece com mais nenhum cidadão no Brasil. Com mais nenhuma pessoa no Brasil acontece isso!

Nós, policiais - e os policiais estão lá na linha de frente trabalhando em radiopatrulha, como era o caso desses dois - sabemos que cansamos de prender marginais em flagrante e levar para a delegacia, que é onde nos cabe, e que muitas vezes o marginal vai embora antes de a viatura terminar de fazer o papelório da entrega de detido ao delegado; que os piores marginais deste estado ficam na delegacia até o seu advogado conseguir os trâmites de pagar a fiança e colocá-los em liberdade. Mas que dois policiais, por supostamente terem abandonado o posto de serviço, ou mesmo que haja a suspeita do cometimento de

algum outro crime militar, fiquem cinco dias presos sem que nenhuma autoridade do Judiciário se manifeste acontece por quê? Porque nós, militares, regidos pelo Código Penal Militar, temos uma auditoria militar que é considerada Primeira Instância da Justiça para todos os militares.

E o plantão do Juizado de Primeira Instância costuma - é costumeiro, faz isso há muitos anos - se declarar incompetente para julgar casos militares. E aí os policiais ou bombeiros militares ficam presos em flagrante esperando terminar o feriadão para que a sua Vara de Primeira Instância, no caso a Auditoria Militar, receba a oficialização da informação, o documento do flagrante, para que comece o processo de tentativa de colocá-los em liberdade.

Nesse caso especificamente isso acontece desde 2002. Nós criamos a Aprasc em 2001, e seis meses depois, no Carnaval de 2002, já aconteceu dessa forma.

Desta vez resolvemos falar para a imprensa sobre esses absurdos e talvez também por isso, pelo fato de ter-se tornado público, e se não tivesse se tornado público ninguém iria se manifestar a respeito, o plantão do Tribunal de Justiça, no final da tarde de ontem, resolveu soltá-los sob liminar. E evidentemente que vão responder a um processo. Precisou a Segunda Instância se manifestar porque a Justiça de Primeira Instância comum não se manifesta, porque é um caso militar.

Daí dizem: "Ah, não se manifesta porque não quer, porque pode." É evidente que pode. Sob a luz do Direito e do princípio da lei, é evidente que pode, mas aqui em Santa Catarina faz muito tempo que não se manifesta, e a Justiça catarinense - e se o plantão do Tribunal de Justiça merece um aplauso por ter, no final da tarde de ontem, resolvido soltar esses dois policiais - merece avaliação crítica. E vou confirmar o que disse aos meios de comunicação desde sábado, ou especialmente no sábado: que a Justiça catarinense não pode continuar tratando policiais e bombeiros militares pior do que trata os piores bandidos

neste estado. Os policiais e bombeiros militares nesse quesito têm menos direito do que os piores marginais deste estado, que é não ter um plantão da Justiça à disposição de resolver os problemas!

Se eles forem inocentes, o que vai ser decidido no futuro? Quem vai arcar pelos cinco dias que ficaram trancafiados? E não são esses dois, deputada Luciane Carminatti. É corriqueiro durante todo o tempo, nos finais de semana, especialmente em feriadão. Parece uma predileção para fazer flagrante contra policial e bombeiro militar na véspera do feriadão, porque sabem que vão ficar trancafiados pelo menos cinco dias.

Mas é evidente que quero falar também dessas questões que houve na pauta, e que foi o principal debate desta tarde nesta tribuna.

A Força Nacional de Segurança seria muito bem-vinda em Santa Catarina por parte de todos os policiais da base do sistema de segurança. Aqueles que estão lá na rua não dando conta do recado, porque falta gente e estrutura, aplaudiriam a vinda da Força Nacional de Segurança.

Parece-me que há uma questão de vaidade nesse meio, porque evidentemente que a Força Nacional não viria para agir sob comando de autoridades de Santa Catarina e sim sob um comando designado pelo ministro da Justiça, ou um oficial do Exército ou um delegado da Polícia Federal. Mas o comandante da Força Nacional, em território catarinense, seria designado pelo ministro da Justiça e que agiria dentro de um plano de ação pré-acordado com as autoridades de Santa Catarina. Mas o comando seria designado pelo ministro da Justiça. Mas seria muito bem-vinda, e não importa com quantos homens. Provavelmente teria, sim, muito mais do que 100 ou muito mais do que 500, caso houvesse a efetiva necessidade.

No entanto, acho que essa questão não é a preliminar de todo esse debate; acho que mesmo as autoridades estaduais, inclusive o governador do estado ou especialmente ele, que comanda todas as secretarias, as estruturas e órgãos da Segurança Pública no estado, precisa tomar uma decisão. Acho que se está agindo na defensiva - e vejo aqui o

presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública, antigo Sintrasp, nosso amigo Carlos da Silva. É preciso sair da defensiva neste embate.

Acredito que o estado de Santa Catarina está na defensiva. É preciso ir para a ofensiva, se quiser ganhar efetivamente essa luta. Obviamente ir para a ofensiva dentro dos princípios da lei, respeitando a lei, mas usando todos os mecanismos e possibilidades que a lei dá ao poder e ao estado para que possa agir. Temos que falar mais a esse respeito nos próximos dias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.